



**ANSEAF Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros,
Arquitetos e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF**

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

OFÍCIO Nº 2.098/82/2016/PRESIDÊNCIA-ANSEAF

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 2016.

00100.019405/2016-69

17 FEB 2016

Junte-se ao processado do

PLC
nº 13, de 2013

Em 09/02/16

José Roberto Senno

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Senador(a) da República

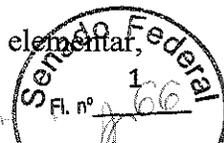
End.: Senado Federal, Praça dos Três Poderes

Brasília - DF - CEP 70175-900

Assunto: solicitação de inclusão na pauta de votação no Plenário do Senado do Requerimento nº 660/2015 (de autoria do Senador Romero Jucá) e do PLC 13, de 2013 (que trata de “carreira típica de Estado” para Engenheiros e Arquitetos).

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Senador(a) da República,

1. Venho solicitar a Vossa Excelência para incluir em Pauta de votação no Plenário do Senado o Requerimento nº 660/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, e, em aprovando, também colocar em votação o PLC 13/2013 na mesma reunião do Plenário do Senado – como muitos precedentes assim já foram encaminhados à votação.
2. O PLC 13 de 2013 não tem ônus financeiro.
3. A falta de estrutura adequada e de valorização profissional é flagrante no Estado brasileiro, pois os indicadores do país em infraestrutura e saneamento básico, por exemplo, nos colocam lá próximo do 100ª colocação entre as nações. As obras paralisadas e os atrasos no prazo de conclusão da maioria das obras do Governo Federal (mas não só dele) são outras formas de observar a carência citada.
4. “Se você falha em planejar, está planejando falhar.” A causa que antecede “falhas de planejamento” é a precariedade da engenharia pública. Nada vai fazer melhorar de forma satisfatória os estudos, o planejamento, a gestão, a contratação de obras e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia sem que haja estruturação, profissionalização e valorização da engenharia pública.
5. A Engenharia é um fator determinante para o desenvolvimento econômico das nações. Mesmo em contexto de mundo diferentes, ainda assim há algo elementar,





**ANSEAF Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros,
Arquitetos e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF**

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

básico e imprescindível ao desenvolvimento. Até facilmente identificável, basta comparar: país desenvolvido e país não desenvolvido. **O desenvolvimento atual no mundo é baseado num tripé: infraestrutura, educação e inovação tecnológica, sendo este último subproduto dos primeiros. O binômio “infraestrutura e educação” é a essência do desenvolvimento de uma nação.**

6. O desenvolvimento e crescimento econômicos e a confiança na economia de um país se baseiam na sua “economia real” (e não só na “economia de papel” – que também precisa ser boa). E na capacidade de realizar obras, de produzir competitivamente, do aproveitamento da disponibilidade de seus recursos naturais, da competência do seu segmento laboral (de trabalhadores qualificados), da capacidade empreendedora da sua população, das condições básica da economia provenientes de infraestrutura e logística, e dos recursos necessários a industrialização (...) – tudo isto é do mundo da Engenharia, da Arquitetura Urbanismo e da Agronomia. É preciso mudar. É urgente estruturar. É preciso melhorar a estrutura administrativa e valorizar os “agentes do desenvolvimento e da infraestrutura”.

7. O controle, o planejamento e as políticas públicas estratégicas ao País; os planos econômicos; a prestação de serviços públicos para a população; o planejamento e políticas para a infraestrutura, para a logística e para as bases da economia; a regulamentação das atividades da sociedade; a indução aos empreendimentos privados com suportes públicos; etc – tudo isto está sob cuidados do Estado.

8. Economistas, engenheiros e pesquisadores, há pouco mais de uma década, elaboraram trabalho que indicava que as atividades dos profissionais engenheiros, arquitetos, engenheiros agrônomos eram responsáveis diretos e indiretos por **70% do PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro – informação obtida no site do Confea.org.br.

9. Mario Vargas Llosa (vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 2010) descreveu certa vez a América Latina como uma terra “propícia ao surrealismo, à beleza inebriante da fantasia e da intuição, e à desconfiança para com o racional”. Uma das inúmeras implicações econômicas desse encantamento, ou maldição, é o fascínio exercido pela feitiçaria econômica na região; e também a criatividade para ampliar distorções com cargos e carreiras na Administração Pública. A desvalorização dos “agentes do desenvolvimento e da infraestrutura” – engenheiros e arquitetos da Administração Pública brasileira – vem ocorrendo desde 1978 no Brasil. Do “**Atalho para malfeitos**” - artigo de **Sérgio Magalhães** publicado na Folha de S.Paulo de 26/04/14 – destacamos: *“Nas décadas de inflação era difícil superar a lógica da premência: qualquer coisa*



**ANSEAF Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros,
Arquitetos e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF**

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

agora é melhor do que nada amanhã. Os incipientes sistemas públicos de planejamento e de gerenciamento de obras foram esvaziados. Com a estabilidade e o crescimento econômico afloraram as demandas reprimidas e outras tantas se apresentaram. Mas, o serviço público vê-se às voltas com a falta de quadros técnicos de planejamento e de gerenciamento de projetos e obras; e com a abundância de quadros político-partidários, em geral despreparados para as funções. (...) O interesse público está na adequação da obra às necessidades da coletividade, na boa qualidade dos serviços e no seu preço justo. Isto exige um trabalho continuado que começa em definir o que se quer (o “Programa de Necessidades”), passa pela elaboração de projetos completos, seus licenciamentos, orçamentos confiáveis e transparentes, por uma licitação de obra que permita a concorrência, o gerenciamento dos projetos e o acompanhamento gerencial da obra. Se os governos querem pressa precisam melhorar seus processos de decisão, o que se faz com órgãos técnicos de planejamento estruturados como função de Estado. É o que o mundo desenvolvido aprendeu.”

10. Em artigo publicado no Jornal Folha de S. Paulo (em 27/08/2012), sob o título **“Onde estão nossos engenheiros?”**, o **ex-ministro e professor Dr. Bresser-Pereira** expôs a importância para o país dos Engenheiros. Nota 1: **Bresser Pereira é o autor da EC 19 que criou as “carreiras típicas de Estado.”** Que não tem qualquer relação com o Regime Jurídico Único (= Lei 8.112/90) – que também sofreu muitas alterações, inclusive algumas por iniciativa parlamentar (basta ver a origem das modificações na Lei nº 8112/90). **“Onde estão nossos engenheiros? Dada a necessidade premente de investimentos na infraestrutura, o governo Dilma decidiu conceder à iniciativa privada os principais aeroportos brasileiros, e, em seguida, estradas de rodagem e ferrovias. Não há garantia de que os serviços passem agora a ser realizados com mais eficiência. O mais provável é que custarão mais caro, porque as empresas terão condições de transferir para os usuários suas ineficiências e garantir seus lucros. Por que, então, a presidente Dilma Rousseff tomou essa decisão? Não foi porque faltem recursos financeiros ao Estado, já que caberá ao BNDES financiar grande parte dos investimentos. Nem porque acredite na “verdade” de que a iniciativa privada é sempre mais eficiente. Não obstante, foi uma decisão correta, porque falta capacidade de formulação e de gestão de projetos ao governo federal. Ou, em outras palavras, porque faltam engenheiros no Estado brasileiro. Há advogados e economistas de sobra, mas faltam dramaticamente engenheiros. Enquanto mais de 80% da alta burocracia chinesa é formada por engenheiros, no Brasil não devem somar nem mesmo 10%.** Observação nossa: em verdade são menos de 1% em atividade, e se observados os aposentados e os pensionistas são menos de 2%





**ANSEAF Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros,
Arquitetos e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF**

Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

números do Ministério do Planejamento e do site Transparência Brasil. Ora, se há uma profissão que é fundamental para o desenvolvimento, tanto no setor privado quanto no governo, é a engenharia. Nos setores que o mercado não tem capacidade de coordenar são necessários planos de investimento, e, em seguida, engenheiros que formulem os projetos de investimento e depois se encarreguem da gestão da execução. Mas isto foi esquecido no Brasil... A crise da engenharia brasileira começou na grande crise financeira da dívida externa dos anos 1980... Há quatro setores no governo: jurídico, econômico, social e de engenharia. Ninguém tem força para desmontar os dois primeiros; seria possível desmontar o setor social, mas, com a transição democrática e a Constituição de 1988, ele passara a ser prioritário. Restava o setor de engenharia - foi esse o setor que se desmontou... Quando fui ministro da Administração Federal (1995-98) isso não estava claro para mim como está hoje. Eu tinha uma intuição do problema e, por isso, planejei realizar concursos parciais para a carreira de gestores públicos que seriam destinados a engenheiros na medida em que as questões seriam de engenharia, mas acabei não levando a cabo o projeto. Quando o governo Lula formulou o PAC, reconheceu que os setores monopolistas necessitavam de planejamento, mas não tratou de equipar o Estado para que os projetos fossem realizados. Agora o problema está claro. Fortalecer a engenharia brasileira nos três níveis do Estado é prioridade. **O Brasil e seu Estado precisam de engenheiros. De muitos. Vamos tratar de formá-los e prestigiá-los.**” Nota 2: Destaques em negrito e sublinhados nosso.

11. O TCU, em trabalho recente com os demais tribunais de contas brasileiros, num amplo exame da realidade da governança da Administração Pública da União, Estados e Municípios, sobre as obras de infraestrutura, apontou: a desvalorização dos técnicos, a falta de quadro técnico, a falta de planejamento, falhas nos projetos executivos, falhas na fiscalização, obras com graves problemas (mal projetada, mal executada, perda de qualidade, longos prazos com acréscimos de mais prazos, valores sempre crescentes por meio de aditivos, pouca eficiência e efetividade, etc). E este relatório do TCU foi encaminhado à Presidência da República e ao Congresso Nacional, e teve ainda no dia 17 de novembro de 2014 um evento “Pacto pela Boa Governança: um retrato do Brasil”, no qual foi apresentado ao presidente da República em exercício, Michel Temer, e aos governadores eleitos documento com diagnóstico sobre importantes temas do País.



**ANSEAF Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros,
Arquitetos e Engenheiros Agrônomos do Poder Executivo Federal - ANSEAF**

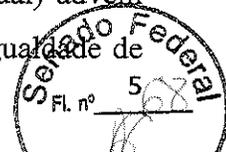
Endereço: EQS 102/103 – Bloco A – SALA 1 – piso superior - Asa Sul - CENTRO EMPRESARIAL SÃO FRANCISCO – BRASÍLIA – DF. CEP 70330-400. Email da Presidência: joserobertosenno@gmail.com

"A História é mãe da verdade, rival do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo ao presente e advertência ao futuro" - Miguel de Cervantes (1547-1616).

12. Um exemplo ao BRASIL existente na história recente. Por volta do fim da década de 70 (do séc. XX), Brasil e China tomaram decisões diferentes: a China resolveu ampliar seus quadros de Engenheiros, investir em infraestrutura e no Brasil houve a desestruturação da Engenharia na Administração Pública. A China ocupava o **32º lugar** entre as nações de maiores PIB. O PIB da China equivalia aprox. **1,5 vezes** o PIB do Brasil. Atualmente a China que é a **2ª** economia no PIB. Já o Brasil será a **7ª** economia mundial medida em PIB; mas o PIB da China equivalerá aprox. **5 vezes** o PIB do Brasil. Medido em paridade de poder de compra, nosso produto por habitante no fim de 2013 correspondia a 28% do valor americano – apenas 3 pontos acima do que era em 1998. No mesmo período de 15 anos, a China ganhou 15 pontos (fonte: revista Exame de nov/2014). Notas: a) observo que não estou propondo seguirmos o modelo econômico chinês, mas sua inteligente proposição pelos investimentos em infraestrutura pela multiplicação dos fatores que induz ao crescimento econômico; b) outro aspecto importante, que muitos indicam erroneamente (= dizem que a China investiu em educação; mas não foi bem assim, a educação foi um processo gradual que acompanhou a construção da infraestrutura, e também foi por esta induzida, se retroalimentaram), é que foi a infraestrutura que fez o povo necessitar de mais instrução e mais alimentos; daí à China ter feito investimentos em educação e alimentos, por indução da necessidade de construir a infraestrutura (que desenvolveu o País).

13. A infraestrutura é fundamento para o desenvolvimento nacional, tanto em seu sentido puramente econômico como de progresso social pela geração de bem-estar. A infraestrutura é fundamental para a promoção das condições sistêmicas da competitividade industrial, porque proporciona externalidades positivas às empresas (conforme Coutinho e Ferraz (1994). COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (Org.). Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas: Papyrus, 1994). A infraestrutura foi à proposição inicial feita por 12 chefes de nações sul-americanas em reunião em Brasília-DF, em 2000, para o fortalecimento destas nações - **Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)**.

14. O primeiro e principal objetivo dos investimentos em infraestrutura é possibilitar o bem-estar da população, ao efetivar o acesso universal aos serviços relevantes para a vida das pessoas. Aliás, **igualdade de oportunidades** (objetivo principal do mundo atual) advém também de infraestrutura assemelhada para todos. Educação é a outra essência para a igualdade de

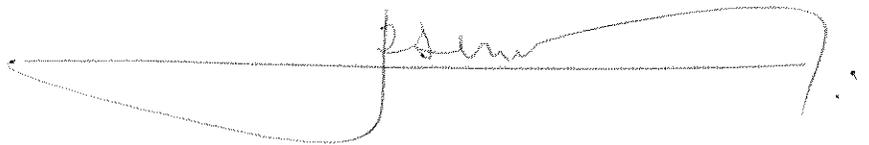


oportunidade. Observação: podemos ter duas localidades distantes com possibilidade de educação semelhantes (portanto, inicialmente oportunidades iguais), mas se nessas localidades tiver infraestrutura totalmente opostas e diferentes não haverá oportunidades iguais - exemplo: na **localidade A** temos: acesso à internet, saneamento básico, energia elétrica, acesso por boas rodovias, outras possibilidades de infraestrutura... e numa outra **localidade B** nada tiver de infraestrutura (ou tiver muito menos, talvez água e energia elétrica) não conseguiremos ter oportunidades iguais.

15. Este PLC 13 de 2013 valoriza (mesmo que sendo apenas uma “valorização simbólica”) os respectivos profissionais, permitindo atrair e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições dos cargos e das carreiras. E também indica a necessidade de se ter um serviço público profissionalizado, responsável, eficiente e democrático para construir e desenvolver uma inteligência permanente no Estado.

16. Este PLC 13, de 2013, vem percorrendo uma longa caminhada nas Casas Legislativas da República brasileira, pois foi apresentado em **julho de 2010** (origem PL 7607/2010), sendo sempre aprovado na Câmara dos Deputados e em 2 Comissões Permanentes do Senado (na CAS em ago/2013 e na CCJ em nov/2014). O PLC 13/2013 é terminativo, mas foi ao Plenário do Senado por requerimento de Senador. Teve Parecer favorável de todos os 5 Relatores (de partidos da base do governo e da oposição ao governo). Tais aprovações e o longo tempo de “amadurecimento” parecem fazer dele um consenso no Legislativo, merecendo ir à votação.

Respeitosamente,



Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho **José Roberto Senno**

Presidente da ANSEAF - Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos do Poder Executivo Federal

PS.:

"O planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro de decisões presentes." "A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo." - Peter Drucker (considerado "pai" da Administração moderna).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 08 de março de 2016.

Senhor José Roberto Senno, Presidente da ANSEAF,

Em atenção ao Ofício Nº 2.098/82/2016/PRESIDÊNCIA-ANSEAF, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Senhoria que sua manifestação foi juntada ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, que "*Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.*", conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/material/112305>.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa



